

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>Introdução</b>  | 17 |
| 1. Direito tributário: conceito e definição  | 17 |
| 2. Conceito de tributo   | 18 |
| <b>Capítulo I - Conceitos Fundamentais</b>   | 25 |
| 1. Hipótese de incidência tributária e as terminologias utilizadas pela doutrina                 | 25 |
| 1.1. Incidência tributária   | 28 |
| <b>Capítulo II – Hipótese de incidência tributária</b>   | 31 |
| 1. Dos aspectos da hipótese de incidência tributária   | 31 |
| 1.1. Aspecto material  | 31 |
| 1.2. Aspecto temporal  | 32 |
| 1.3. Aspecto espacial  | 33 |
| 1.4. Do aspecto pessoal  | 35 |
| 1.4.1. Sujeito ativo   | 36 |
| 1.4.2. Sujeito passivo   | 38 |
| 1.5. Aspecto quantitativo  | 41 |
| 1.5.1. Base de cálculo   | 42 |
| 1.5.2. Alíquota  | 44 |
| <b>Capítulo III – Espécies tributárias em sentido estrito</b>                                    | 45 |
| 1. Das espécies tributárias  | 45 |
| 2. Critérios de classificação  | 45 |
| 3.2. As taxas  | 47 |
| 3.2.1. Taxas de polícia  | 48 |
| 3.2.2. Taxas pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis                        | 51 |
| 3.3. Contribuições de melhoria   | 56 |
| 3.4. Impostos  | 57 |
| 3.4.1. Impostos de competência da União Federal  | 58 |
| 3.4.1.1. Imposto sobre importação de produtos estrangeiros                                       | 60 |
| 3.4.1.2. Imposto de exportação   | 60 |
| 3.4.1.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza                                  | 61 |
| 3.4.1.4. Imposto sobre produtos industrializados   | 63 |
| 3.4.1.5. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos mobiliários | 71 |



|  |     |
|--|-----|
| 3.4.1.6. Imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR   | 76  |
| 3.4.1.7. Imposto sobre grandes fortunas  | 77  |
| 3.4.2. Impostos estaduais  | 77  |
| 3.4.2.1. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior – ICMS | 78  |
| 3.4.2.1.1. Não-cumulatividade do ICMS: diferenças em relação ao IPI  | 80  |
| 3.4.2.1.2. A inclusão e a exclusão do IPI da base de cálculo do ICMS   | 81  |
| 3.4.2.1.3. A base de cálculo do ICMS   | 82  |
| 3.4.2.1.4. As alíquotas do ICMS  | 83  |
| 3.4.2.1.5. Contribuintes   | 84  |
| 3.4.2.2. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA  | 85  |
| 3.4.2.3. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos - ITCMD   | 87  |
| 3.4.3. Impostos municipais   | 93  |
| 3.4.3.1. Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS   | 94  |
| 3.4.3.1.1. A polêmica no tocante ao local da prestação do serviço e de qual seria o Município competente para exigir o imposto (ISS)   | 94  |
| 3.4.3.1.2. A questão das alíquotas fixas do ISS  | 98  |
| 3.4.3.2. Imposto sobre a propriedade territorial urbana - IPTU   | 99  |
| 3.4.3.3. Imposto sobre a transmissão de bens <i>inter vivos</i> - ITBI   | 102 |

## Capítulo IV – Empréstimos Compulsórios 107

## Capítulo V – Contribuições 109

|   |     |
|---|-----|
| 1. Contribuições sociais  | 109 |
| 1.1. Contribuições sociais gerais   | 109 |
| 1.2. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE)                 | 109 |
| 1.3. Contribuições de interesse de categorias profissionais (ou corporativas) | 111 |
| 1.4. Contribuições de interesse de categorias econômicas                      | 113 |
| 1.5. Contribuições sociais destinadas à Seguridade Social                     | 114 |
| 1.6. Demais figuras afins   | 116 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Capítulo VI – Sistema Constitucional Tributário</b>  | 119 |
| 1. Características do Subsistema Constitucional Brasileiro  | 119 |
| 1.1. Da competência em matéria tributária   | 120 |
| 1.1.1. Competência tributária em vista das espécies tributárias   | 123 |
| 2. Princípios constitucionais tributários   | 128 |
| 2.1. Princípio da estrita legalidade  | 129 |
| 2.2. Princípio da irretroatividade da lei tributária  | 132 |
| 2.3. Princípio da anterioridade   | 136 |
| 2.4. Princípio da uniformidade geográfica   | 137 |
| 2.5. Princípio da isonomia tributária   | 139 |
| 2.6. Princípio da capacidade contributiva   | 140 |
| 2.7. Princípio da vedação do tributo com efeito de confisco   | 142 |
| 2.8. Princípio da liberdade de tráfego de pessoas e bens  | 143 |
| 2.9. Princípio da não discriminação de bens e serviços em razão da sua procedência e destino  | 144 |
| 2.10. Demais princípios constitucionais tributários   | 146 |
| <b>Capítulo VII – Imunidades tributárias</b>  | 147 |
| 1. Imunidades   | 147 |
| 1.1. Imunidade recíproca  | 148 |
| 1.2. Imunidade dos templos de qualquer culto  | 151 |
| 1.3. Imunidade dos patrimônios, renda e serviços dos partidos políticos, inclusive as suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei | 153 |
| 1.4. Da imunidade prevista no art. 150, VI, alínea <i>d</i> da CF/88. Imunidade das operações envolvendo livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão  | 155 |
| 1.5. Demais imunidades relacionadas à instituição de impostos   | 157 |
| 1.6. Imunidade tributária em relação a contribuições sociais destinadas à Seguridade Social, das entidades de educação e assistência social. § 7º do art. 195 da CF/88. Imunidade das receitas da exportação. Imunidades das taxas                        | 160 |
| <b>Capítulo VIII – O Código Tributário Nacional e a função da lei complementar tributária</b>   | 163 |
| 1. Lei complementar tributária  | 163 |
| 1.1. A lei complementar tributária e os conflitos de competência  | 165 |
| 1.2. A lei complementar tributária e a “regulação das limitações ao poder de tributar”  | 166 |
| 1.3. A lei complementar tributária e a definição de tributo e suas espécies   | 167 |

|   |     |
|---|-----|
| 1.4. A lei complementar tributária e a edição de normas gerais e de definição dos respectivos fatos geradores, base de cálculo e contribuintes dos impostos discriminados na CF | 168 |
| <b>Capítulo IX – Obrigação tributária</b>   | 173 |
| 1. Obrigação tributária (principal e acessória)   | 173 |
| <b>Capítulo X – Lançamento tributário</b>   | 175 |
| 1. Conceito e modalidades   | 175 |
| 2. Alterabilidade do lançamento   | 178 |
| <b>Capítulo XI – Decadência e prescrição</b>  | 181 |
| 1. Decadência em matéria tributária   | 181 |
| 2. Prescrição da Fazenda  | 185 |
| 2.1. Prescrição do sujeito passivo  | 188 |
| <b>Capítulo XII – Suspensão da exigibilidade do crédito tributário</b>  | 191 |
| 1. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário  | 191 |
| 2. Moratória  | 191 |
| 3. Depósito do montante integral  | 195 |
| 4. As reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo   | 196 |
| 5. Liminar em mandado de segurança  | 198 |
| 6. A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial   | 198 |
| 7. Parcelamento   | 200 |
| <b>Capítulo XIII – Extinção do crédito tributário</b>   | 203 |
| 1. Hipóteses de extinção do crédito tributário  | 203 |
| 2. Pagamento  | 203 |
| 3. Compensação  | 206 |
| 4. Transação  | 210 |
| 5. Remissão   | 210 |
| 6. Prescrição e decadência  | 211 |
| 7. Conversão do depósito em renda   | 212 |
| 8. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 150 e seus §§ 1º e 4º  | 213 |
| 9. A consignação em pagamento   | 214 |
| 10. A decisão administrativa irreformável   | 215 |
| 11. A decisão judicial passada em julgado   | 216 |
| 12. Dação em pagamento de bens imóveis  | 217 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Capítulo XIV – Responsabilidade tributária</b>   | 219 |
| 1. Responsabilidade tributária  | 219 |
| 2. Sujeição passiva indireta  | 221 |
| 2.1. Por transferência  | 221 |
| 2.1.1. Solidariedade  | 221 |
| 2.1.2. Sucessão   | 222 |
| 2.1.3. Responsabilidade de terceiros  | 225 |
| 2.2. Por substituição   | 228 |
| <b>Capítulo XV – Exclusão do crédito tributário</b>   | 229 |
| 1. Hipóteses de exclusão do crédito tributário  | 229 |
| 2. Isenção  | 229 |
| 3. Anistia  | 231 |
| <b>Capítulo XVI - Interpretação (e integração), aplicação e vigência da legislação tributária</b>       | 235 |
| 1. Regras legais de interpretação (e integração) em matéria tributária                                  | 235 |
| 2. Regras de interpretação (e integração) contidas no CTN   | 237 |
| 3. Os tratados e as convenções internacionais – art. 98 do CTN  | 244 |
| 4. O planejamento tributário e a norma “antielisiva” (parágrafo único do art. 116 do CTN)               | 245 |
| 4.1. Planejamento tributário  | 246 |
| 4.1.1. Conceitos  | 247 |
| 4.2. Norma antielisiva. Natureza jurídica   | 252 |
| 5. Vigência da lei tributária   | 255 |
| <b>Capítulo XVII – Garantias e privilégios do crédito tributário</b>                                    | 259 |
| 1. Garantias e privilégios do crédito tributário  | 259 |
| 2. Responsabilidade patrimonial   | 260 |
| 3. Presunção de fraude  | 260 |
| 4. Indisponibilidade dos bens do devedor  | 260 |
| 5. Prova de quitação ou de suspensão da exigibilidade de tributos                                       | 261 |
| <b>Capítulo XVIII – Infrações e sanções tributárias</b>   | 263 |
| 1. Infrações e sanções tributárias no CTN   | 263 |
| 2. Responsabilidade por infrações   | 264 |
| 3. Denúncia espontânea da infração  | 266 |
| 4. Outros dispositivos do CTN que tratam da responsabilização pelo cometimento de infrações tributárias | 268 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Capítulo XIX – Fiscalização tributária</b>                                     | 271 |
| 1. Atividade <i>plenamente</i> vinculada. Fiscalização                            | 271 |
| 1.1. Dívida ativa   | 274 |
| 1.2. Certidões negativas  | 275 |
| <b>Capítulo XX – Processo judicial tributário</b>                                 | 277 |
| 1. Processo tributário e livre acesso à jurisdição (art. 5º, inciso XXXV da CF)   | 277 |
| 2. O mandado de degurança (individual e coletivo)                                 | 279 |
| 3. Ação declaratória  | 281 |
| 4. Ação anulatória de débito fiscal   | 281 |
| 5. Ação de repetição do indébito tributário e a execução contra a Fazenda Pública | 282 |
| 6. Execução fiscal e os embargos à execução                                       | 287 |
| 7. Medida cautelar fiscal   | 290 |
| 8. Ação rescisória em matéria tributária  | 291 |
| <b>Bibliografia</b>   | 299 |